

Veículo: bahia.ba	
Data: 12/02/2020	Caderno: Economia

bahia.ba

BAHIA

Publicado em 12/02/2020 às 17h15.

Posto Legal: Sefaz divulga lista de estabelecimentos sem irregularidades

Operação combate fraudes em produtos e visa garantir concorrência leal entre postos de gasolina no estado

Redação



Foto: Divulgação/Sefaz-BA

A Operação Poto Legal, iniciativa da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA), tem intensificado as fiscalizações nos postos de combustíveis, a fim de combater fraudes contra o consumidor e garantir a concorrência leal entre os estabelecimentos na Bahia. Em nova fase, realizadas este ano, a ação passa a destacar também os exemplos positivos: a cada nova etapa, será divulgada a relação dos estabelecimentos fiscalizados nos quais não foi encontrada nenhuma irregularidade no momento da fiscalização.

A primeira lista possui oito dos 24 postos fiscalizados no período entre 28 e 30 de janeiro, em Salvador, Candeias, Lauro de Freitas e Dias d'Ávila, durante a sétima etapa da operação. A iniciativa é o primeiro passo do projeto de criação de um certificado de qualidade com a marca da Posto Legal, a ser conferido aos postos que preencherem requisitos de qualidade estabelecidos pelos órgãos de fiscalização.

Na sétima etapa, os postos onde não foram encontradas irregularidades durante a fiscalização foram os seguintes: Posto Pernambués Combustíveis Ltda (Rua Tomaz Gonzaga, 246, Pernambués), Braga Postos e Serviços Ltda (Avenida Luis Viana Filho, 385, Pernambués), Word X Comércio de Combustíveis Lubrificantes (Rua Dejanira Maria Bastos, 512, Lauro de Freitas), D&B Comercial Ltda (Avenida Professor Pinto de Aguiar, 2100, Pituaçu), Rodrigues Torres Comércio e Derivados De Petróleo Ltda (Rodovia BA-099, S/N, Lauro de Freitas), Posto Casagrande Ltda (Rua Frederico Costa, 7, Boa Vista de Brotas), Aalus Comercial De Combustíveis Ltda (Rodovia BA 028, S/N, Candeias), Hiper Posto Caminho das Arvores (Avenida Tancredo Neves, 1506).

Postos com irregularidades – Nos outros 16 postos fiscalizados, a força-tarefa emitiu ao todo 20 autos de infração, em função de irregularidades prejudiciais ao consumidor, além de 36 notificações. Nestes casos, os nomes dos estabelecimentos não serão imediatamente divulgados em função de prazos legais para defesa dos postos junto aos respectivos órgãos fiscalizadores. Destaque para oito bicos de combustível interditados pelo Ibametro (Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade), que afere o mecanismo das bombas para evitar fraudes na quantidade entregue pelas bombas. A força-tarefa da Posto Legal reúne ainda, além do Ibametro, a ANP (Agência Nacional do Petróleo), a Procon-Ba (Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor), e a Secretaria da Segurança Pública, por meio das polícias Militar, Civil e Técnica, e tem o apoio, além da Sefaz-Ba, da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Com esta fase, realizada entre a terça (28) e a quinta (30), já são 172 postos fiscalizados em todo o estado desde o lançamento da Posto Legal, em agosto 2019. O objetivo é alcançar todos os estabelecimentos da Bahia, podendo ainda haver retorno àqueles já visitados.

Veículo: Site Secom	
Data: 13/02/2020	Caderno: Fazenda

12/02/2020 15:50

Posto Legal divulga estabelecimentos sem irregularidades no momento da fiscalização

Voltada ao combate de fraudes contra o consumidor e à garantia da concorrência leal entre os postos de gasolina da Bahia, a Operação Posto Legal vem obtendo ampla repercussão com a descoberta de fraudes, como os casos de gasolina contendo mais de 90% de etanol, revelados no ano passado.

Em nova fase, em 2020, a operação passa a destacar também os exemplos positivos. A cada nova etapa, será divulgada a relação dos estabelecimentos fiscalizados nos quais não foi encontrada nenhuma irregularidade no momento da fiscalização.

A primeira lista traz oito dos 24 postos fiscalizados no período entre 28 e 30 de janeiro, em Salvador, Candeias, Lauro de Freitas e Dias D'Ávila, durante a 7ª etapa da operação. A iniciativa é o primeiro passo do projeto de criação de um certificado de qualidade com a marca da Posto Legal, a ser conferido aos postos que preencherem requisitos de qualidade estabelecidos pelos órgãos de fiscalização.

Na 7ª etapa, os postos onde não foram encontradas irregularidades durante a fiscalização foram os seguintes: Posto Pernambués Combustíveis Ltda (Rua Tomaz Gonzaga, 246, Pernambués), Braga Postos e Serviços Ltda (Avenida Luis Viana Filho, 385, Pernambués), Word X Comércio de Combustíveis Lubrificantes (Rua Dejanira Maria Bastos, 512, Lauro de Freitas), D&B Comercial Ltda (Avenida Professor Pinto de Aguiar, 2100, Pituaçu), Rodrigues Torres Comércio e Derivados De Petróleo Ltda (Rodovia BA-099, S/N, Lauro de Freitas), Posto Casagrande Ltda (Rua Frederico Costa, 7, Boa Vista de Brotas), Aalus Comercial De Combustíveis Ltda (Rodovia BA 028, S/N, Candeias), Hiper Posto Caminho das Arvores (Avenida Tancredo Neves, 1506).

Postos com irregularidades

Nos outros 16 postos fiscalizados, a força-tarefa emitiu, ao todo, 20 autos de infração, em função de irregularidades prejudiciais ao consumidor, além de 36 notificações. Nesses casos, os nomes dos estabelecimentos não serão imediatamente divulgados em função de prazos legais para defesa dos postos junto aos respectivos órgãos fiscalizadores.

Destaque para oito bicos de combustível interditados pelo Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade (Ibmetro), que afere o mecanismo das bombas para evitar fraudes na quantidade entregue pelas bombas. A força-tarefa da Posto Legal reúne ainda, além do Ibmetro, a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-BA), e a Secretaria da Segurança Pública (SSP), por meio das polícias Militar, Civil e Técnica, com o apoio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA) e da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Com esta fase, realizada entre a terça (28) e a quinta (30), já são 172 postos fiscalizados em todo o estado desde o lançamento da operação Posto Legal, em agosto 2019. O objetivo é alcançar todos os estabelecimentos da Bahia, podendo ainda haver retorno àqueles já visitados.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Veículo: Bahia Já	
Data: 29/01/2020	Coluna: Política



Tasso Franco - Diretor de Redação

ECONOMIA

Estado arrecadou R\$ 7,2 milhões com leilões de bens móveis em 2019

Patrimônio não utilizado pelos órgãos públicos são vendidos e recursos destinados ao Tesouro

Ascom Saeb , Salvador | 11/02/2020 às 09:36

A Secretaria da Administração do Estado (Saeb) arrecadou para os cofres públicos R\$ 7,2 milhões, em 2019, com a realização de três leilões para a venda de bens públicos móveis, conforme balanço realizado pela Superintendência de Recursos Logísticos (SRL/Saeb). Proporcionalmente, levando em consideração o quantitativo de lotes, esta foi a maior arrecadação dos últimos dez anos com a venda de bens móveis do Estado (máquinas, equipamentos, veículos, móveis e outros).

O Governo leiloa aqueles bens públicos que não estão mais sendo utilizados pelos órgãos do Estado. Toda a arrecadação dos leilões é destinada ao Tesouro do Estado e os recursos podem ser utilizados para novos investimentos e melhoria dos serviços públicos prestados.

No ano passado, a Saeb realizou três leilões de bens móveis, vendendo um total de 744 lotes, compostos por bens públicos como móveis, máquinas, equipamentos, veículos, dentre outros. Em 2018, a arrecadação total foi de R\$ 7,5 milhões, ligeiramente superior a de 2019, mas com uma quantidade de lotes maior (784).

Os dois últimos anos alcançaram os melhores resultados da década (2010/2019), proporcionalmente, comparando a arrecadação e a quantidade de lotes vendidos. Apenas em 2013 a arrecadação foi superior R\$8,6 milhões, mas com uma venda de 1.555 lotes. Assim, no ano de 2018, a arrecadação foi proporcionalmente maior.

A Secretaria da Administração realizou em abril o Leilão Saeb 02/2019, vendendo 251 lotes de bens públicos por R\$ 2,65 milhões. O certame conseguiu um ágio de 275% em relação ao valor de avaliação dos bens. Este leilão teve 560 inscritos, o maior número de participantes dos últimos 20 anos.

Realizado em julho, o Leilão 03/2019 arrecadou R\$ 2,24 milhões com a alienação de 252 lotes de bens públicos. O resultado do certame alcançou um ágio de 84% sobre o valor de avaliação dos bens (veículos, materiais de informática, móveis de escritório, equipamentos eletrônicos, máquinas e outros). Por fim, em outubro, o Leilão 04/2019 arrecadou R\$ 2,39 milhões com a venda de 241 lotes formados de bens públicos como carros, equipamentos, eletrônicos e até jet ski.

Veículo: A Tarde	Caderno: Brasil
Data: 13/02/2020	Página: B5

Ação vai promover venda da gasolina a R\$ 3,50 em Salvador

DA REDAÇÃO

Em greve há 13 dias, o Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro Bahia) promove hoje uma ação para mostrar à sociedade que é possível vender o litro da gasolina a um "preço justo". O sindicato vai custear o valor de R\$ 1 por litro da gasolina, que será vendida, a partir das 10 horas, no Posto BR da Vasco da Gama (em frente à antiga fábrica da Coca-Cola), por R\$ 3,50 o litro.

A promoção será oferecida aos 133 primeiros motoristas que chegarem ao local e que deverão abastecer seus veículos com 30 litros do combustível, resultando numa economia de R\$ 30.

O movimento pretende mostrar que é possível vender o litro da gasolina de acordo com o custo de produção nacional, mantendo a

margem de lucro das distribuidoras e revendedoras, e a arrecadação dos impostos federal e estadual (ICMS). Hoje o preço do litro da gasolina é determinado pelo preço internacional do barril do petróleo e a variação do dólar.

"O problema é que a Petrobras não leva em consideração na composição do preço da gasolina os custos de produção que são em real, como qualquer outro produto nacional que é vendido no país", afirma o coordenador do Sindipetro Bahia, Jairo Batista.

Aumento

Segundo os sindicalistas, os preços tendem a aumentar ainda mais com venda das refinarias. A atual gestão da Petrobras está vendendo várias unidades da empresa, optando por se retirar de ne-

gócios lucrativos e que garantem a soberania do país (áreas de refino e fertilizante), diz o Sindipetro Bahia.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) e sindicatos filiados havia ingressado com recurso junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), solicitando que o ministro Ives Gandra reconsiderasse as decisões tomadas em dois despachos monocráticos favoráveis à Petrobras.

Se o pedido não fosse atendido, seria analisado pela Seção Especializada em Dissídio Coletivo do TST. Apesar de reconhecer a legalidade da greve, o ministro determinou que 90% dos efetivos operacionais sejam mantidos durante a greve, sob pena de multa diária de R\$ 500 mil para a FUP e sindicatos do Norte Fluminense, Bahia e Espírito Santo.

Tribuna

APROVEITE

Posto na Avenida Vasco da Gama vai vender gasolina mais barata

YURI ABREU
REPÓRTER

Em uma ação para mostrar à sociedade que é possível vender o litro da gasolina a um preço mais justo, o Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro-BA), vai comercializar, nesta quinta-feira, 13, o produto a um preço mais barato do que atualmente é praticado pelos postos do município de Salvador. A média do valor, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), está em R\$ 4,52/litro, na capital baiana.

De acordo com a agremiação, será custeado o valor de R\$ 1 por litro da gasolina, que será vendida, a partir das 10h, por R\$ 3,50/litro, em um posto da bandeira BR na Avenida Vasco da Gama, antes do cruzamento com a Avenida Garibaldi. Ao todo, serão distribuídos quatro mil litros de gasolina, com a promoção sendo aplicada aos 133 primeiros motoristas que chegarem ao local e abastecerem o seu veículo com 30 litros do combustível. Desta forma, segundo o Sindipetro-BA, o consumidor fará uma economia de R\$ 30.

Ao contrário do que acontece atualmente, quando o valor do litro da gasolina é determinado pelo preço internacional do barril do petróleo e a variação do dólar, o movimento quer mostrar que é possível vender o produto, levando-se em consideração o custo de produção



PROMOÇÃO

Combustível será vendido pelo valor de R\$ 3,50

nacional, mantendo a margem de lucro das distribuidoras e revendedoras, da Petrobras e a arrecadação dos impostos federal e do estado (ICMS).

Conforme o Sindicato, o valor de R\$ 3,50 é o preço justo a ser aplicado. "Para que isto aconteça basta que a Petrobras mude a sua política de preços, adotada desde 2016, e deixe de levar em consideração na composição do preço da gasolina nas refinarias, a variação do dólar e o preço internacional do barril do petróleo. O problema é que a Petrobras não leva em consideração na composição do preço da gasolina os custos

de produção que são em real, como qualquer outro produto nacional que é vendido no país", afirmou o coordenador do Sindipetro-BA, Jairo Batista.

ELEVAÇÃO

Porém, o sindicato estima que, com a venda das refinarias – política que vem sendo adotada pela Petrobras –, os preços dos derivados de petróleo acabem aumentando ainda mais. "Com a privatização das refinarias a situação tende a piorar. Muita gente não vai poder comprar o botijão de gás e quem tem carro vai ter de vender ou deixar na garagem", disse Batista.

Armando Avena



ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupopostarde.com.br

A educação e o futuro da Bahia

A Bahia e sua capital precisam enfrentar seu maior desafio econômico: a questão educacional. E o desafio não é apenas social, mas econômico, pois são os fracos índices educacionais da Bahia que vêm retirando competitividade do estado.

Esta semana uma pesquisa realizada pela Amcham com 76 presidentes de empresas da região colocou a Bahia em 3º lugar entre os estados mais competitivos do Nordeste, abaixo de Ceará e Pernambuco.

Por que essa visão está arraigada, se a Bahia é uma economia muito mais pujante, com um PIB maior que os dois estados? A resposta é simples: a Bahia está perdendo feio no quesito educação e inovação.

O ranking de Competitividade dos Estados, calculado pela CLP/liderança pública referente a 2019 e disponível na internet, explica is-

so em detalhes. Nele, a Bahia está em 20º lugar em competitividade entre os estados brasileiros, bem abaixo do Ceará, que ocupa o 12º lugar, e de Pernambuco, que ocupa o 17º lugar.

Mas quando os dados são desagregados, vemos que a Bahia vai relativamente bem em infraestrutura, em sustentabilidade ambiental e solidez fiscal, e o que deruba nossa posição é a educação. Nesse quesito, a Bahia alcança apenas 13,6 pontos,

enquanto o Ceará dispara, atingindo 74,9 pontos.

Competitividade

É a incapacidade da Bahia em enfrentar seu problema educacional se desagra em outros dois segmentos vinculados a educação e que são fundamentais para dar competitividade ao estado: o quesito capital humano, no qual a Bahia crava apenas 16 pontos, enquanto Pernambuco marca 40, e o quesito inovação, cuja pontuação é in-

ferior a 10, bem menor que a os dois estados nordestinos.

É a educação e seu impacto na força de trabalho que vem tirando nosso potencial de mercado, pois a pesquisa admite que a Bahia é o 7º maior mercado do país, mas registra que está em 22º em crescimento da força de trabalho.

O mesmo ocorre em Salvador, que está em posição bem inferior a Fortaleza e Recife no segmento educação do Índice Firjan de Desenvolvimento. É urgente mexer nessa realidade e até copiar a experiência do Ceará, que em 10 anos deixou de ser um dos mais atrasados estados na área educacional e hoje se coloca entre os melhores do ranking. Os governantes da Bahia nunca deram muita importância à educação, talvez por sua herança exportadora/escravocrata, mas a falta de competência nessa área está prejudicando a população e a economia.

A resposta é que a Bahia está perdendo feio no quesito educação e inovação

É urgente mexer nessa realidade e até copiar a experiência do Ceará

Fundeb urgente

E já que estamos falando em educação, registre-se o pleito de 27 governadores pedindo urgência na aprovação da chamada PEC do Fundeb – Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica, que perde vigência no fim deste ano e, se não for mantido e ampliado, vai tornar ainda mais difícil resolver a questão da educação na Bahia e no Bra-

sil. Os governadores querem a ampliação da participação da União no financiamento da educação básica e a revisão da metodologia de distribuição dos recursos. O pleito é justo mas não basta apenas colocar recursos no saco sem fundo governamental, o Fundeb precisa ser focado para viabilizar uma política educacional direcionada aos mais pobres.

Comércio no Carnaval

Uma cidade cosmopolita como Salvador, que recebe milhares de turistas, tem de ter de tudo: um Carnaval maravilhoso, bares e restaurantes a plena carga e o comércio funcionando normalmente em todos os dias de Carnaval. É assim em qualquer cidade onde há pessoas e turistas que adoram a festa e outros que preferem ir às compras ou descansar nas

praias. E, como informou a Fecomércio-BA e o Sindilôjas, a abertura dos estabelecimentos comerciais e a convocação de trabalhadores para o período, de acordo com a legislação e ressaltados os direitos. Isso é bom para o trabalhador, que pode auferir remuneração mesmo na festa e para a cidade, que fica com múltiplas opções para oferecer.

Tribuna

Varejo baiano teve o melhor dezembro em cinco anos

LÍCIO FERREIRA
REPÓRTER

Após quatro quedas seguidas, o varejo baiano obteve o melhor dezembro em cinco anos e fechou 2019 com primeiro resultado positivo (+2,1%). De novembro a dezembro, do ano passado, as vendas do comércio avançaram 1,3% na Bahia e o aumento foi de 7,4% na comparação com dezembro de 2018. Ambos os resultados foram melhores do que a média nacional (-0,1% e 2,6%, respectivamente).

Esses dados foram apresentados, nesta quarta-feira 12, pela Unidade Estadual da Bahia e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E, segundo a supervisora de Divulgação jornalista Mariana Viveiros, o bom desempenho de dezembro ajudou o varejo baiano a fechar 2019 com alta de 2,1% no volume de vendas. "Foi o primeiro resultado anual positivo para o setor, desde 2014 (quando havia sido registrado um aumento de 4,6%). No ano, o varejo baiano também cresceu mais que o do Brasil como um todo (1,8%)", ressaltou.

CRESCIMENTO

Conforme dados do IBGE, na Bahia, as vendas de móveis e eletrodomésticos (8,7%) e de combustíveis (6,0%) foram as que mais cresceram e puxaram o resultado positivo do comércio em 2019. "No ano passado, no estado, as vendas recuaram apenas nos segmentos de livros, jornais, revistas e papeleria (-45,4%) e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-15,8%). Em 2019, as altas nas vendas de veículos (1,6%)



Foto: Romildo de Jesus

VENDAS

De novembro a dezembro do ano passado, as vendas do comércio avançaram 1,3% na Bahia e o aumento foi de 7,4%

e material de construção (0,6%) levaram o varejo ampliado da Bahia a crescer 1,8%, o melhor resultado desde 2012", assegura Mariana Viveiros.

A supervisora estadual de Divulgação do IBGE acrescenta: "Em dezembro de 2019, as vendas do varejo na Bahia cresceram 1,3% em relação ao mês anterior, na série livre de influências sazonais (que desconsidera, por exemplo, o Natal), após o aumento de 3,5% que já havia sido registrado na

passagem de outubro para novembro. No país, como um todo, de novembro para dezembro, o varejo apresentou variação negativa (-0,1%), com 18 dos 27 estados mostrando quedas nas vendas. O resultado da Bahia foi o quarto melhor: Rio Grande do Sul (3,5%) e Amapá (2,0%) lideraram nos avanços; enquanto Rondônia (-9,5%) e Roraima (-13,8%) tiveram os piores desempenhos", esclarece

DESEMPENHO

Mariana Viveiros diz,

ainda, que frente ao mesmo mês de 2018, em dezembro/19 as vendas na Bahia também cresceram (7,4%). "Nessa comparação, o desempenho do varejo no estado foi bem superior à média nacional (2,6%) e acompanhou os resultados positivos registrados em 18 dos 27 estados. Amapá (38,7%) e Paraíba (10,0%) tiveram os maiores crescimentos, enquanto Paraná (-2,8%) e Rondônia (-6,8%) tiveram as quedas mais acentuadas", registra. No ano, o varejo

baiano cresceu um pouco mais que a média do país (1,8%). Apenas sete estados registraram recuos nas vendas do comércio em 2019. Amapá (16,6%) e Santa Catarina (8,6%) apresentaram os melhores desempenhos no acumulado ano; Alagoas (-2,4%) e Piauí (-6,0%) registraram as maiores quedas. Vendas de móveis e eletrodomésticos (8,7%) e combustíveis (6,0%) são as que mais cresceram e puxaram resultado positivo do varejo baiano em 2019

SEGMENTO

O segmento de móveis e eletrodomésticos apresentou o terceiro crescimento anual consecutivo. Como ocorreu nos anos anteriores, o desempenho positivo foi liderado pelas vendas de eletrodomésticos (10,3%), enquanto as de móveis cresceram menos (4,9%). Já as vendas de combustíveis voltaram a avançar após quatro anos seguidos em queda, nos quais o segmento havia sido uma das principais influências negativas para o varejo baiano em geral.

No outro extremo, os importantes recuos nas vendas de livros, jornais, revistas e papeleria (45,4%) e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-15,8%) puxaram as vendas do comércio para baixo, impedindo um desempenho melhor do setor como um todo em 2019, no estado. As vendas do segmento de livros mostraram o segundo ano de quedas consecutivas, com aceleração no ritmo de recuo em relação a 2018, quando haviam caído 15,2% " sinaliza Mariana Viveiros.

Já os equipamentos de informática tiveram o primeiro resultado negativo, depois de dois anos de variações positivas. Ambas as atividades viram suas vendas caírem com força (quedas de dois dígitos) em todos os meses de 2019. As vendas de veículos, motocicletas, partes e peças (1,6%) cresceram pelo terceiro ano consecutivo, enquanto as de material de construção (0,6%) voltaram a apresentar variação positiva após terem recuado em 2018 (-0,6%).

FOLHA DE S.PAULO

Redução do ICMS de combustíveis não é gincana, diz Doria

—
Bruna Narcizo

DUBAI O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), disse que a possível redução do ICMS sobre combustíveis “não é uma gincana nem uma brincadeira feita pelo WhatsApp”. Doria está em Dubai e não participou da reunião de governadores com o ministro Paulo Guedes, na terça (11).

Guedes aceitou a reunião para tentar apaziguar os ânimos com os mandatários estaduais e propor algum tipo de compensação para os estados que perderem receitas com a aprovação da reforma tributária.

Segundo Doria, os governadores têm um grupo de WhatsApp por meio do qual se falam diariamente e onde esse tema foi amplamente discutido.

“A decisão dos governadores é que o tema tem que ser colocado na reforma tributária. Isso não deve ser objeto

de uma análise isolada e separada. Essa é a forma correta, legítima, democrática e justa de avaliar o tema do ICMS sobre combustíveis.”

O secretário da Fazenda e Planejamento, Henrique Meirelles, também afirma que o tema deveria ser incluído na proposta de reforma tributária que já está em análise na Câmara dos Deputados.

“O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, fez uma declaração nos últimos dias de que esse projeto deverá ser aprovado possivelmente ainda no primeiro semestre. Isso oferece o momento e local adequado para discutir essa questão.

A repórter viajou a convite do governo de São Paulo

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 13/02/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 13 de Fevereiro de 2020 - 07:00

União defendeu tributos sobre combustíveis em dezembro, aponta coluna

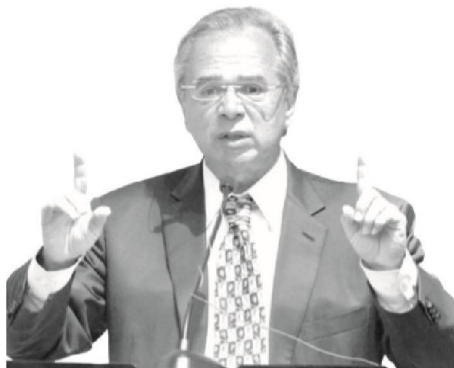


Embora o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) culpe os estados pela alta no preço dos combustíveis, a Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu o aumento dos tributos federais no preço do produto em dezembro.

Na ocasião, o órgão defendia um decreto do ex-presidente Michel Temer (MDB) na Justiça. Segundo informações do blog Painel, de Folha de S. Paulo, a AGU argumentou que o cenário do país é de "notório desequilíbrio nas contas da Previdência e assistência social". Além disso, eles disseram que a medida incrementa "investimentos obrigatórios destinados à seguridade social".

Tribuna

Guedes diz que enviará reforma tributária em duas semanas



SEGUNDO o ministro Paulo Guedes, PL, será acoplável ao texto que está em tramitação

REUTERS

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o governo deve enviar ao Congresso Nacional proposta para a reforma tributária, "acoplável" ao texto que está em tramitação. Após reunião extraordinária com secretários estaduais de fazenda, integrantes Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), o ministro disse que o governo vai enviar uma proposta de criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), com unificação de tributos sobre consumo.

"Está indo super bem. Estamos mandando um IVA dual. Eles [os estados], por

sua vez, tem as propostas de como fazer a deles. Vamos mandar a nossa, mas acoplável. Começa em duas semanas, está chegando um pedaço, que é o IVA dual, vamos entrar com PIS, Cofins, e vai andar tudo direitinho", disse.

O secretário de Fazenda do Pernambuco e coordenador do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e Distrito Federal (Comsefaz), Décio Padilha, disse que o ministro quer construir uma proposta conjunta com os estados.

"Ele disse que não quer mandar uma PEC [Proposta de Emenda à Constituição] isolada. A proposta dele será construída em conjunto com os estados", expli-

cou, acrescentando que foi formado um grupo de trabalho para debater sobre a reforma.

Padilha disse que o ministro sugeriu a retirada dos municípios da proposta, mas os secretários consideram importante fazer a reforma com todos os entes da federação. Outra proposta do secretário, seria a criação de um fundo para compensação de perdas de arrecadação.

"Pela proposta do governo de um IVA dual, a União ficaria com uma alíquota e os estados com outra. Diferente da nossa [dos estados], que um IVA único dividido para estados e municípios e União". O secretário de Fazenda do Piauí, Rafa-

el Tajra Fonteles, disse que o ministro não deixou claro como será o envio da proposta do governo federal, se por meio de PEC, por exemplo. "O ministro disse que vai fazer sugestões ao texto que já está tramitando".

Fonteles acrescentou que a reforma tributária gera necessidade de compensação para alguns estados e municípios e isso poderá ser resolvido com uma descentralização de recursos, por meio da proposta do governo federal de um novo pacto federativo. "A ideia é que haja a união das duas agendas [reforma tributária e Pacto Federativo] para que seja viável a reformulação do sistema tributário nacional", disse Fonteles.

Veículo: bahia.ba	
Data: 12/02/2020	Caderno: Economia

bahia.ba

ECONOMIA

Publicado em 12/02/2020 às 20h00.

Guedes diz que enviará proposta da reforma tributária em duas semanas

Agência Brasil



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Por Kelly Oliveira

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou hoje (12) que o governo deve enviar ao Congresso Nacional proposta para a reforma tributária, “acoplável” ao texto que está em tramitação. Após reunião extraordinária com secretários estaduais de fazenda, integrantes Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), o ministro disse que o governo vai enviar uma proposta de criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), com unificação de tributos sobre consumo.

“Está indo super bem. Estamos mandando um IVA dual. Eles [os estados], por sua vez, tem as propostas de como fazer a deles. Vamos mandar a nossa, mas acoplável. Começa em duas semanas, está chegando um pedaço, que é o IVA dual, vamos entrar com PIS, Cofins, e vai

andar tudo direitinho”, disse. O secretário de Fazenda do Pernambuco e coordenador do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e Distrito Federal (Comsefaz), Décio Padilha, disse que o ministro quer construir uma proposta conjunta com os estados.

“Ele disse que não quer mandar uma PEC [Proposta de Emenda à Constituição] isolada. A proposta dele será construída em conjunto com os estados”, explicou, acrescentando que foi formado um grupo de trabalho para debater sobre a reforma.

Padilha disse que o ministro sugeriu a retirada dos municípios da proposta, mas os secretários consideram importante fazer a reforma com todos os entes da federação. Outra proposta do governo federal, segundo no secretário, seria a criação de um fundo para compensação de perdas de arrecadação. “Pela proposta do governo de um IVA dual, a União ficaria com uma alíquota e os estados com outra. Diferente da nossa [dos estados], que um IVA único dividido para estados e municípios e União”.

O secretário de Fazenda do Piauí, Rafael Tajra Fonteles, disse que o ministro não deixou claro como será o envio da proposta do governo federal, se por meio de PEC, por exemplo. “O ministro disse que vai fazer sugestões ao texto que já está tramitando”. Fonteneles acrescentou que a reforma tributária gera necessidade de compensação para alguns estados e municípios e isso poderá ser resolvido com uma descentralização de recursos, por meio da proposta do governo federal de um novo pacto federativo. “A ideia é que haja a união das duas agendas [reforma tributária e Pacto Federativo] para que seja viável a reformulação do sistema tributário nacional”, disse Fonteles.

FOLHA DE S.PAULO

Ministro propõe compensar estados por reforma tributária

Guedes afirma que vai enviar proposta com unificação de tributos e IVA Dual ao Congresso em duas semanas

BRASÍLIA Após atritos entre governadores e o presidente Jair Bolsonaro, o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta quarta-feira (12) que o governo vai enviar em duas semanas uma proposta de reforma tributária que unifica tributos e permite a participação dos estados.

A decisão foi anunciada após reunião do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), que é presidido por Guedes. Na terça-feira (11), em reunião com governadores, o ministro fez um aceno ao propor a criação de um mecanismo para compensar os estados que perderem receitas com a aprovação da reforma tributária.

A Folha teve acesso ao conteúdo da reunião do ministro com representantes dos estados. No encontro, ele explicou que pretende fazer uma operação casada entre a reforma tributária e a proposta do pacto federativo, que am-

plia os repasses do governo federal aos regionais.

A ideia é que os estados que perderem arrecadação com a reestruturação de tributos recebam uma parcela maior da divisão de recursos do pacto.

"No pacto federativo, podemos dar certeza de que, fazendo essa transição, o estado não vai perder recurso. Antes de perder [com a reforma tributária], a gente repõe com os recursos que estão vindo do pacto federativo e então redistribui. Quem ganhou deixamos ganhar. Quem perdeu vamos repor", disse.

O ministro afirmou que a proposta do governo poderá ser acoplada aos textos que já estão em discussão no Congresso. A primeira etapa vai trazer a unificação de PIS e Cofins, com a criação do chamado IVA (Imposto sobre Valor Agregado) Dual —que abrange tributos federais, mas permite a adesão de estados.

Na conversa com governadores, Guedes afirmou que o Ministério da Economia trabalha com alíquota de 10% ou 11% para o novo imposto, que incidirá sobre o consumo.

"Começa em duas semanas, está chegando um pedaço, que é o IVA Dual, vamos entrar com PIS, Cofins, e vai andar tudo direitinho", disse o ministro nesta quarta.

A reunião de Guedes com governadores na terça foi uma tentativa de apaziguar a relação entre o governo federal e os estados, estremecida após declarações do presidente Jair Bolsonaro sobre o preço dos combustíveis.

Bolsonaro desafiou os governadores e disse que zeria os tributos federais se os estados eliminassem o ICMS cobrado desses produtos.

"Eu zero o federal se eles zerarem o ICMS. Está feito o desafio aqui agora. Eu zero o federal hoje, eles zeram o ICMS. Se topa, eu aceito. Tá

ok?", disse Bolsonaro, no início do mês.

Em aperto financeiro, gestores regionais reagiram e afirmaram que a proposta é um blefe populista.

A proposta de incluir os estados no debate da reforma tributária foi um dos argumentos usados por Guedes para tentar amenizar o clima belicoso na reunião com governadores.

No encontro, Bolsonaro foi chamado de "irresponsável" e "infeliz", termos considerados fortes no protocolo das autoridades de Brasília. Guedes rebateu e pediu aos participantes que não caiam em "armadilhas políticas".

"Eu acho que a gente tem que ter uma certa moderação. Acho que ele não xingou ninguém. Ele fez uma provocação política e todo mundo respondeu", disse o ministro.

No encontro, governadores chegaram a propor que fosse elaborada uma nota conjunta, a ser assinada pelos chefes dos estados e pelo ministro, com argumentos técnicos mostrando que não é possível zerar os tributos sobre combustíveis. Eles cobraram um posicionamento claro do governo federal.

A ideia acabou abandonada e Guedes se limitou a dizer que levaria as demandas dos governadores a Bolsonaro.

Bernardo Caram

Leia mais sobre declarações de Paulo Guedes na pág. A25

Tribuna

Queda de braço entre equipe de Guedes e Planalto trava reforma

THAIS ARBEXE
NAIRA TRINDADE
O GLOBO

O vaivém do governo em torno do envio da proposta própria de reforma administrativa ao Congresso tem como pano de fundo uma queda de braço entre a equipe econômica e ministros que estão na "cozinha" do Palácio do Planalto. Pessoas próximas ao ministro da Economia, Paulo Guedes, têm atribuído o impasse à atuação de auxiliares mais próximos ao presidente Jair Bolsonaro, entre os quais o chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Jorge Oliveira. De acordo com relatos, Jorge teria o apoio dos minis-

tros da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário, e da Advocacia-Geral da União (AGU), André Mendonça, para segurar o texto.

Embora em alas opostas no Planalto, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e o da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos, também teriam se juntado ao time dos que trabalharam para convencer o presidente de que o texto não está redondo e que é preciso cautela antes de enviá-lo ao Congresso.

Ministros ponderam que o chefe da Economia tem perfil mais técnico e pouca experiência política e, portanto, precisa esperar o tem-

po certo, que será dado pelo presidente. Bolsonaro é conhecido por usar as redes sociais como termômetro do sentimento das ruas. A avaliação é que ele está buscando o momento ideal para isso. Na Economia, a avaliação é que o discurso do timing político é apenas uma desculpa para blindar os servidores públicos.

Ou seja, de acordo com integrantes da equipe econômica, o Planalto estaria atuando de maneira corporativista para evitar a implantação das novas regras que podem alterar, entre os outros pontos, o regime de contratação e planos de carreira.

A avaliação no Planalto, no entanto, é que a propos-

ta defendida por Guedes pode acabar com as carreiras de Estado e que, por isso, é preciso passar um pente-fino no texto. Em conversas reservadas, integrantes do governo dizem que, no fundo, a intenção do ministro da Economia era privatizar o serviço público.

Nesse contexto, a atuação de Jorge Oliveira tem sido classificada como a de um zagueiro — fundamental para segurar arroubos na proposta. Pessoas próximas ao ministro dizem que ele não é contra o projeto, mas está preocupado em preservar carreiras tidas como fundamentais para o Estado, como as jurídicas e as diplomáticas.



AUXILIARES de Bolsonaro defendem 'timing político' para enviar texto a Congresso

Veículo: Folha de São Paulo	Caderno: Mercado
Data: 13/02/2020	Página: A19

FOLHA DE S.PAULO

Revisão que inclui todos os salários na aposentadoria custaria R\$ 46 bi em 10 anos

Governo é contrário à decisão do STJ, que permite o recálculo

Thiago Resende

BRASÍLIA

A [revisão de aposentadorias](#) considerando todos os salários do trabalhador, mesmo os anteriores a julho de 1994, data do Plano Real, pode gerar um custo adicional ao INSS ([Instituto Nacional de Seguro Social](#)) de R\$ 46,4 bilhões em dez anos.

O cálculo do impacto financeiro foi feito pelo Ministério da Economia. O governo é contrário à decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça), que permite o recálculo.

Segurados que tinham altas contribuições antes do Plano Real podem se beneficiar dessa revisão. Para isso, precisam acionar a Justiça.

Tribunais estaduais já começaram a aplicar a decisão do STJ, concedendo acréscimo no valor da aposentadoria ou pensão com base em todas as contribuições pagas, mesmo as anteriores a julho de 1994.

O desfecho final desse caso deverá se dar no STF (Supremo Tribunal Federal) diante de recurso da AGU (Advocacia-Geral da União), que [representa o INSS](#), contra a decisão.

O Ministério da Economia sustenta que o entendimento do STJ seja derrubado e não seja permitido o aumento nos valores da aposentadoria gerado pela chamada revisão da vida toda, ou seja, da inclusão também de salários anteriores ao Plano Real no cálculo.

O custo imediato estimado pelo governo é de R\$ 20 bilhões, considerando o pagamento de parcelas passadas.

Para os próximos dez anos, a conta é que R\$ 26,4 bilhões seriam desembolsados para elevar benefícios que podem ser atendidos pela revisão.

Até a reforma da Previdência (novembro do ano passado), o valor da aposentadoria era calculado com base nos 80% maiores salários a partir de julho de 1994. A decisão do STJ, portanto, amplia essa base e tem potencial de aumentar o benefício de quem recebia altos salários.

O IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário) considera justa a revisão. “Usar todo salário de contribuição do segurado para calcular a aposentadoria é correto. Se houve contribuição num valor maior [que o calculado], nada mais justo”, disse a presidente do IBDP, Adriane Bramante.

Para o Ministério da Economia, a revisão dos benefícios é um processo complexo e de alto custo, porque o “período anterior a 1994 foi marcado por elevadas taxas de inflação, ameaça de hiperinflação e diversas trocas de moeda”.

Na avaliação do [economista Paulo Tafner](#), especialista na área de Previdência e um dos consultores informais do governo, a decisão do STJ é extravagante. Tafner e técnicos do governo consideram a chamada revisão da vida toda uma medida que privilegia os mais ricos num sistema de aposentadoria que já prejudica os mais pobres.

Segurados que querem se beneficiar da decisão do STJ devem ficar atentos a alguns pontos. Há um prazo para pedir a revisão na Justiça.

Esse limite é de dez anos contados a partir da data de recebimento da primeira aposentadoria. Portanto, o prazo para quem se aposentou em 2010 está próximo ao fim.

Além disso, a legislação permite que o pagamento retroativo seja de apenas cinco anos. Isso significa que, mesmo em caso de decisão favorável no processo judicial, o INSS irá pagar o adicional referente aos últimos cinco anos.

Bramante ressalta que nem todos podem se beneficiar com o recálculo levando em consideração as contribuições anteriores ao Plano Real.

O Ministério da Economia não tem ainda uma estimativa de quantas pessoas poderiam obter aposentadorias maiores caso a Justiça confirme a revisão da vida toda. A AGU tentará barrar no Judiciário a decisão que forçaria uma alta nos desembolsos do INSS.

Impacto fiscal da revisão em aposentadorias

Em valores de 2020, em R\$ bi



O que é

- Os segurados que tinham altas contribuições antes da implantação do Plano Real, em julho de 1994, podem se beneficiar com a revisão da vida inteira (todas as contribuições); o valor da aposentadoria pode subir em alguns casos
- A correção foi aprovada pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça)
- Ainda cabe recurso do INSS ao Supremo Tribunal Federal

Como funciona

- Aposentados que contribuíram sobre salários altos antes de 1994 entram na Justiça para pedir a revisão
- Na ação judicial, os salários recebidos antes do Plano Real entram no cálculo da aposentadoria

Prazo

- O prazo para pedir a revisão é de até 10 anos
- O prazo para quem se aposentou em 2010 está chegando ao final

Atrasados

- Se a Justiça concede a revisão, os valores atrasados se limitam aos cinco anos anteriores

Fonte: Ministério da Economia

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 13/02/2020	Caderno: Economia



Para não ‘liquidar’ os Estados

É preciso definir planos de equacionamento dos passivos atuariais mais eficazes que os existentes

Raul Velloso*, O Estado de S.Paulo

13 de fevereiro de 2020 | 04h00

Tendo na origem a explosão dos déficits previdenciários num quadro altamente recessivo, a crise estadual está de volta às manchetes. Entre 2006 e 2011, esses déficits oscilavam ao redor de R\$ 24,3 bilhões/ano. Depois, passaram a subir veloz e seguidamente, até atingir R\$ 101,9 bilhões em 2018.

Daí acentuou-se a antiga tendência à queda dos investimentos subnacionais, item sempre escolhido para capitanear os esforços de ajuste, passando em 2017, e em porcentagem do PIB, a um terço do que alcançavam nos anos 60.

Por trás disso está a extrema rigidez orçamentária, algo que, em fases como a atual, leva a “Déficits Orçamentários” totais elevados, desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e uma enorme confusão no seio dos fornecedores e prestadores de serviço aos governos, que, mais do que os servidores, param de receber seus pagamentos.

Se tomarmos o caso de Minas Gerais, esse Estado, na contramão do ajuste, acaba de propor reajuste salarial na área de Segurança Pública, levando a pressões idênticas em áreas tão pesadas como Educação. Em Minas, o balanço de 2015 revelara, primeiro, uma estrutura de gastos em porcentagem da Receita Corrente Líquida (RCL) concentrada em segmentos que costumo chamar de “donos do orçamento”:

1. Educação: 16,4%;
2. Segurança: 15,7%;
3. Poderes Autônomos: 11,3%;
4. Saúde: 9,3%;

5. Demais Vinculações: 1,4%. Trata-se de itens financiados com receitas cativas e com alto componente de gastos com pessoal ativo, somando 54,1% – soma esta que subiria para 64,8%, se adicionássemos o rígido serviço da dívida de 10,7% do total.

Ao final, uma sobra de recursos de 35,2% foi chamada para cobrir o espremido gasto discricionário de apenas 21,2% do total, adicionando, ainda, receitas de capital mínimas, e onde os investimentos são de apenas 3,2% da RCL, ficando somente uma parcela residual de 14% para pagar a despesa previdenciária. Como esta alcançou 28%, surgiu um Déficit Orçamentário de idêntico valor: 14% da RCL. Dessa forma, com receita abaixo do normal e o orçamento tomado por “donos”, cujo peso só cresce, parte significativa das despesas é autorizada nos orçamentos, mas não se materializa em desembolsos de caixa, virando “atrasos” e causando todo tipo de complicação, especialmente para fornecedores.

Assim, mais de R\$ 70 bilhões de atrasados foram transferidos para os mandatos estaduais que se iniciaram em 2018, sem que, por mais que denunciasses esses fatos às respectivas Assembleias, os órgãos de fiscalização, ao contrário do que se imagina, tivessem força para resolver tais problemas. Pior que isso, conforme projeções informadas pelos próprios entes ao Tesouro Nacional, a situação financeira dos Estados tenderia a se deteriorar ainda mais em 2019 e em 2020.

(Outro Estado em desespero é o de Goiás, cujo governador acaba de afirmar que o seu Plano B “é fechar para liquidação”...)

Para o conjunto dos Estados, as necessidades de financiamento do orçamento de 2019 foram inicialmente estimadas em R\$ 30,6 bilhões, sem falar em atrasados herdados. Caso os Estados fossem todos incluídos na reforma previdenciária em curso, teriam um alívio financeiro estimado em R\$ 13,1 bilhões para o primeiro ano de sua vigência, o que certamente ajudaria muito a minorar suas dificuldades financeiras, principalmente quando se considera que o impacto médio nos dez primeiros anos de vigência das novas regras é de R\$ 35 bilhões.

O único plano de socorro federal em vigor (PRF), que vem sendo aplicado ainda sem sucesso ao Rio de Janeiro e se cogita para Minas Gerais, empresta mais dinheiro para

refinanciar dívidas, com contrapartida de privatizações e ajuste do gasto com o pessoal ativo difíceis de implementar. Não passa de alívio de curto prazo, sem ir ao âmago da questão. Para isso, é preciso definir planos de equacionamento dos passivos atuariais mais eficazes que os existentes, algo hoje já previsto na Constituição e com prazo mínimo para acontecer sob punições, única forma de retirar os déficits previdenciários dos orçamentos e voltar a investir.

Artigo Pedro Sales

Imposto sobre o pecado: uma boa e velha ideia

O “superministro” Paulo Guedes declarou no Fórum Econômico Mundial de Davos, que estudava a criação do que chamou de “imposto sobre o pecado”. A ideia seria aumentar a carga tributária incidente sobre alguns produtos como bebidas alcoólicas, cigarro e refrigerantes.

Com a exploração superficial do tema pela imprensa e sua rápida repercussão, o Presidente da República foi categórico ao negar qualquer possibilidade de encarecimento da “cervejinha”. Com isto, praticamente foi encerrado o debate nos veículos de comunicação e, também, nas mesas de bar. Mas alguns esclarecimentos são necessários.

O primeiro ponto consiste na negação da surpresa. É que a tributação diferenciada de produtos que têm potencial de fazer mal à saúde de há muito já acontece no Brasil, através da adoção de alíquotas maiores de ICMS.

Além disso, tramitam no Senado e na Câmara, propostas de reforma tributária. Ambas têm o escopo de promover reformas tributárias.

Nenhuma das duas propostas tem potencial para resolver a questão da injustiça tributária – já que mantém como pilar do sistema a tributação sobre a produção e venda de bens e a prestação de serviços. Ou seja, pobres e ricos continuarão a pagar os mesmos impostos, de sorte que, proporcionalmente, aqueles sofrem mais que estes.

Todavia, os projetos de reforma podem amenizar a

Os projetos de reforma podem amenizar a complexidade e burocracia do Sistema Tributário Nacional

complexidade e burocracia do Sistema Tributário Nacional. É que ambos têm como principal objetivo a simplificação da tributação dos bens

e serviços, extinguindo diversos tributos para adoção de apenas dois: (a) o IBS (imposto sobre bens e serviços); e (b) o IS (imposto seletivo), que seria específico e, portanto, incidiria apenas sobre alguns bens e serviços. O IS seria justamente o aludido “imposto sobre o pecado”.

A ideia por trás deste imposto é positiva. Em primeiro lugar, se trata de mecanismo para, por decisão política, se

ampliar a tributação sobre determinado bem ou serviço, sem corromper a ideia de simplificação e estabilidade do IBS, que seria a base do Sistema Tributário. Por outro lado, o IS permite maior equilíbrio nas finanças públicas ao desestimular o consumo de produtos que fazem mal à saúde e, portanto, implicam mais custos para o Estado, sobretudo no que tange ao SUS.

Tudo isto demonstra que a adoção deste tributo no Brasil, além de não ser uma ideia nova, é medida positiva, sobretudo quando se compreende que a tributação não é apenas mecanismo de arrecadação, mas também de mudança de comportamentos e para condução da sociedade a patamar mais elevado de civilidade e, sobretudo, de bem-estar. Se o caminho não é, nem precisa ser, o da proibição, o encarecimento no consumo de produtos nocivos à saúde é medida necessária para diminuir seus efeitos.

PEDRO SALES É ADVOGADO E PROFESSOR

Veículo: A Tarde	Caderno: Economia & Negócios
Data: 13/02/2020	Página: B3

A TARDE

O Jornal de toda Bahia

WELLTON MÁXIMO

Agência Brasil, Brasília

A valorização do dólar, que ontem chegou a R\$ 4,37 e voltou a bater recorde, decorre da combinação de juros baixos e contenção do gasto público, disse o ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo ele, a alta na moeda norte-americana indica que Brasil está entrando num novo modelo, que estimula a recuperação da indústria, mesmo desagradando a rentistas e a turistas brasileiros no exterior.

"Durante muito tempo, tivemos dólar a R\$ 1,80 e juros básicos a 14% [ao ano]. Hoje temos dólar a R\$ 4 e juros também a 4%", declarou o ministro, no discurso de encerramento de evento promovido por uma revista especializada em política e economia que discutiu a agenda legislativa para 2020.

Na avaliação de Guedes, os juros mais baixos beneficiam os empreendedores, por meio do barateamento do crédito. Ele também disse que o dólar mais alto ajuda a reverter o processo de desindustrialização do Brasil, cujas fábricas enfrentaram, por muitos anos, a competição desleal com produtos manufaturados de países que manipulam a taxa de câmbio. "O Brasil era o paraíso dos rentistas. O câmbio baixo desindustrializava o Brasil, que estava pendurado num modelo rentista", disse.

O ministro admitiu que o dólar mais alto desestimula a viagem de brasileiros ao exterior. Ele aconselhou os turistas que deixem de ir para outros países todos os anos e conheçam mais o Brasil.

"Antes, o câmbio estava tão barato que todo mundo estava indo para a Disney, inclusive as classes mais baixas. Vocês podem passear pelo Brasil, conhecer o Bra-

RECORDES Ministro diz que valor da moeda norte-americana indica que o Brasil está entrando em novo modelo com estímulo à recuperação da indústria

Alta do dólar é reflexo de juros baixos, diz Guedes

Rodrigues Perzobom / Agência Brasil/ata / 27.9.2019



Paulo Guedes fez o discurso de encerramento de evento de uma revista especializada em política e economia

Ministro afirma que dólar alto desestimula viagens ao exterior

sil. Vai conhecer as Cataratas do Iguaçu, passear no Nordeste, conhecer Cachoeiro de Itaperimirim, onde Roberto Carlos nasceu", disse Guedes.

O ministro também recomendou a Chapada Diamantina e a Floresta Amazônica como destinos turísticos para os brasileiros. "Vo-

çês podem continuar indo para a Disney, mas não todos os anos ou várias vezes no mesmo ano, como era quando o câmbio estava a R\$ 1,80", acrescentou.

Reformas

Sobre as reformas em tramitação no Congresso, Guedes disse que o Brasil terá um

"ano belíssimo do ponto de vista político" após a aprovação da reforma da Previdência em 2019. Ele citou como prioridades a reforma tributária, que será acoplada a propostas em tramitação no Congresso, e as três propostas de emenda à Constituição (PEC) que reformulam o pacto federativo.

Dizendo ter boas relações com os relatores das PECs do pacto federativo, o ministro informou ter ficado agradavelmente surpreso com a proposta do senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator da PEC principal do pacto, de eliminar os pisos de gastos públicos em saúde e educação.

Guedes defendeu ainda a proposta que consta em duas PECs do pacto federativo de reduzir temporariamente os salários dos servidores em 25% em momentos de crise, tanto na União, quando estourar a regra de ouro, como nos estados e nos municípios com dificuldades financeiras. O ministro considerou o corte temporário de 25% no salário dos servidores como a "versão tupiniquim" do shutdown, bem mais suave que o sistema norte-americano.

"Nos Estados Unidos, o governo para de pagar tudo [em momentos de impasse no Orçamento]. Nunca vamos fazer isso aqui. Vamos apenas dar uma travadinha nos aumentos, dar uma descansadinha. Os salários [dos servidores] subiram 50% acima da inflação [nos últimos anos]. Eles têm estabilidade e Previdência", justificou.

Guedes reiterou que a reforma administrativa, ainda não enviada ao Congresso, pretende reduzir o número de cargos e cortar privilégios, mas apenas para os futuros servidores. "Desenhemos uma reforma administrativa que não atinge direitos adquiridos. Os futuros servidores ficam de cinco a oito anos sendo avaliados e lá na frente conquista a estabilidade numa carreira típica de Estado, como em qualquer lugar no mundo. Estamos projetando um Estado futuro com meritocracia. Em vez de 300 carreiras, vamos ter de 20 a 30", explicou.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 13/02/2020	Caderno: Economia



GUEDES DEFENDE DÓLAR EM ALTA E DIZ QUE JUROS BAIXOS AJUDAM ECONOMIA



13 Fevereiro, 2020

A valorização do dólar, que hoje (12) superou R\$ 4,35 e voltou a bater recorde, decorre da combinação de juros baixos e contenção do gasto público, disse há pouco o ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo ele, a alta na moeda norte-americana indica que Brasil está entrando num novo modelo, que estimula a recuperação da indústria, mesmo desagradando a rentistas e a turistas brasileiros no exterior. “Durante muito tempo, tivemos dólar a R\$ 1,80 e juros básicos a 14% [ao ano]. Hoje temos dólar a R\$ 4 e juros também a 4%”, declarou o ministro, no discurso de encerramento de evento promovido por uma revista especializada em política e economia que discutiu a agenda legislativa para 2020.

Na avaliação de Guedes, os juros mais baixos beneficiam os empreendedores, por meio do barateamento do crédito. Ele também disse que o dólar mais alto ajuda a reverter o processo de desindustrialização do Brasil, cujas fábricas enfrentaram, por muitos anos, a competição desleal com produtos manufaturados de países que manipulam a taxa de câmbio. “O Brasil era o paraíso dos rentistas. O câmbio baixo desindustrializava o Brasil, que estava pendurado num modelo rentista”, disse.

O ministro admitiu que o dólar mais alto desestimula a viagem de brasileiros ao exterior. Ele aconselhou os turistas que deixem de ir para outros países todos os anos e conheçam mais o Brasil. “Antes, o câmbio estava tão barato que todo mundo estava indo para a Disney, inclusive as classes mais baixas. Vocês podem passear pelo Brasil, conhecer o Brasil. Vai conhecer as Cataratas do Iguaçu, passear no Nordeste, conhecer Cachoeiro de Itaperimirim, onde Roberto Carlos nasceu”, disse Guedes.

O ministro também recomendou a Chapada Diamantina e a Floresta Amazônica como destinos turísticos para os brasileiros. “Vocês podem continuar indo para a Disney, mas não todos os anos ou várias vezes no mesmo ano, como era quando o câmbio estava a R\$ 1,80”, acrescentou.

Reformas

Em relação às reformas em tramitação no Congresso, Guedes disse que o Brasil terá um “ano belíssimo do ponto de vista político” após a aprovação da reforma da Previdência em 2019. Ele citou como prioridades a reforma tributária, que será acoplada a propostas em tramitação no Congresso, e as três propostas de emenda à Constituição (PEC) que reformulam o pacto federativo. Dizendo ter

boas relações com os relatores das PECs do pacto federativo, o ministro informou ter ficado agradavelmente surpreso com a proposta do senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator da PEC principal do pacto, de eliminar os pisos de gastos públicos em saúde e educação.

Servidores

Guedes defendeu ainda a proposta que consta em duas PECs do pacto federativo de reduzir temporariamente os salários dos servidores em 25% em momentos de crise, tanto na União, quando estourar a regra de ouro, como nos estados e nos municípios com dificuldades financeiras. O ministro considerou o corte temporário de 25% no salário dos servidores como a “versão tupiniquim” do shutdown, bem mais suave que o sistema norte-americano. “Nos Estados Unidos, o governo para de pagar tudo [em momentos de impasse no Orçamento]. Nunca vamos fazer isso aqui. Vamos apenas dar uma travadinha nos aumentos, dar uma descansadinha. Os salários [dos servidores] subiram 50% acima da inflação [nos últimos anos]. Eles têm estabilidade e Previdência”, justificou.

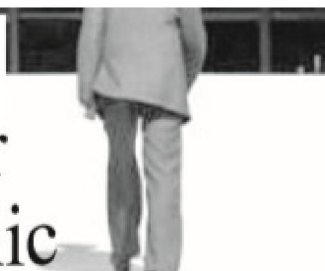
Reforma administrativa

Guedes reiterou que a reforma administrativa, ainda não enviada ao Congresso, pretende reduzir o número de cargos e cortar privilégios, mas apenas para os futuros servidores. “Desenhamos uma reforma administrativa que não atinge direitos adquiridos. Os futuros servidores ficam de cinco a oito anos sendo avaliados e lá na frente conquista a estabilidade numa carreira típica de Estado, como em qualquer lugar no mundo. Estamos projetando um Estado futuro com meritocracia. Em vez de 300 carreiras, vamos ter de 20 a 30”, explicou. Sobre a declaração na semana passada em que comparou servidores públicos a parasitas, o ministro repetiu que a fala foi tirada de contexto. Ele disse que o Estado se torna parasitário quando tem mais de 95% do orçamento comprometido com o pagamento de salários. “Não estava me referindo a pessoas, que são sérias. Estava falando do ente público”.

Por Wellton Máximo – Repórter da Agência Brasil – Brasília

Tribuna

Banco Central indica que pode interromper ciclo de cortes na Selic



Jornal do Brasil

O atual estágio do ciclo econômico recomenda cautela na definição da taxa básica de juros, a Selic. Essa é a conclusão do Copom (Comitê de Política Monetária), do Banco Central, que decidiu na semana passada reduzir a Selic em 0,25 ponto percentual para 4,25% ao ano.

Em ata da última reunião, divulgada nesta terça-feira (11), o Copom afirmou ser importante observar os efeitos dos cortes já feitos na taxa Selic e indicou que pode interromper o ciclo de reduções. O atual ciclo de cortes teve início no fim de julho de 2019, com queda da taxa em 0,5 ponto percentual para 6% ao ano.

"Considerando os efeitos defasados do ciclo de afrouxamento (redução da Selic) iniciado em julho de 2019, o comitê vê como adequada a interrupção do processo de flexibilização monetária. O Comitê enfatiza que seus próximos passos continuarão dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação, com peso crescente para o ano-calendário de 2021", destacou no docu-

mento. As informações são da Agência Brasil.

Na ata, o Copom diz que dados de atividade econômica divulgados até agora "indicam a continuidade do processo de recuperação gradual da economia brasileira". O comitê avalia ainda que há uma "dicotomia" entre a evolução do mercado de trabalho e o crescimento da produção de bens e serviços no país.

"Enquanto o mercado de trabalho segue em recuperação gradual, os dados recentes de produção industrial e os indicadores preliminares de investimento tiveram desempenho abaixo do esperado", diz o Copom.

Por isso, "pode haver menos espaço de ociosidade (produção da economia menor do que sua capacidade) do que o mensurado por métodos tradicionais".

Entretanto, ressaltaram alguns membros do Copom, a ociosidade dos fatores de produção ainda é bastante elevada, o que é indicado pela dinâmica dos núcleos de inflação (medida que busca captar a tendência dos preços, desconsiderando efeitos de choques temporários, como a alta recente dos preços da carne).

Na ata, o Copom avalia que os preços da carne subiram de forma mais intensa

do que o esperado no fim de 2019, mas mostram reversão parcial neste início de ano. Com isso, para o Copom, as projeções do mercado financeiro de curto prazo para a inflação foram "particularmente afetadas" pela alta do preço da carne. Já as estimativas para a inflação em todo o ano de 2020 estão abaixo da meta e para 2021, ao redor da meta.

A meta de inflação —definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional)— é de 4% em 2020, e de 3,75% em 2021. O intervalo de tolerância para cada ano é 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, ou seja, em 2020, por exemplo, o limite mínimo da meta de inflação é 2,5% e o máximo, 5,5%.

Para os preços administrados (regulados pelo governo, como gás e energia), há "condições benignas" devido aos reajustes menores nas tarifas de energia elétrica, informou o Copom.

No documento, o comitê ainda trata do surto de coronavírus, que, se prolongado ou intensificado, pode levar a economia mundial a uma desaceleração adicional, com impacto sobre os preços de commodities (produtos primários com cotação internacional) e de "importantes" ativos financeiros (ações, câmbio e títulos, entre outros).

Alcolumbre cria grupo para reforma tributária

Cada Casa terá direito a indicar 25 integrantes, 10 a mais do que o previsto inicialmente

Por Raphael Di Cunto e Vandson Lima — De Brasília

13/02/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (DEM-AP), avisou ontem aos líderes partidários que criará o grupo de trabalho para tentar unificar as propostas da Câmara e do Senado sobre reforma tributária e pediu as indicações dos partidos para os 25 senadores e 25 deputados que integrarão o colegiado.

O número de integrantes é maior que o previsto inicialmente, de 15 para cada uma das Casas. Ainda assim, há partidos na Câmara insatisfeitos e que ameaçam boicotar o colegiado. “Não estou nem ciente se vou indicar os integrantes. Vou indicar para quê? Para fazer firula?”, questionou o líder do PP na Câmara, deputado Arthur Lira (AL).

Para Lira, o grupo não terá papel efetivo na discussão da reforma tributária e ainda abrirá um precedente “perigoso” para mudar a tramitação de projetos. Além disso, irá contra a proporcionalidade da Câmara porque bancadas maiores, como a sua, com 40 deputados, terão apenas um integrante, enquanto partidos com só um deputado também estariam representados.

O grupo de trabalho entre Câmara e Senado não está previsto no regimento interno e seria uma inovação, mas teria apenas um papel de juntar senadores e deputados para discussão, sem poder de deliberar. O texto que sair desse acordo ainda terá que tramitar normalmente como uma proposta de emenda constitucional (PEC) pelas comissões e plenário da Câmara e Senado.

A expectativa do relator, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), é instalar a comissão ainda hoje, mas isso não estava certo até o fechamento desta edição porque faltava a indicação dos partidos sobre seus representantes. A próxima semana deve ser mais curta, por causa do Carnaval, e o Congresso já deve ficar esvaziado na quarta-feira.

Segundo parlamentares, Alcolumbre deve estabelecer um prazo de 30 a 60 dias para funcionamento do grupo. Caberá a Ribeiro, que além de relator é líder do bloco da maioria na Câmara, unificar as posições de deputados e senadores sobre a reforma e construir um texto capaz de aprovação. A base será a PEC 45/2019, protocolada pelo líder do MDB, Baleia Rossi (SP), com base numa proposta do economista Bernard Appy. O texto unifica cinco impostos (PIS, Cofins, ISS, ICMS e IPI) em um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Ver também: [Proposta de reforma com IVA Dual sai neste mês, afirma Guedes](#)

Conflito entre questões políticas e fiscais é exposto

Cenário para reforma ficou mais difícil

Por Fabio Graner — De Brasília

13/02/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A indefinição sobre a reforma administrativa dentro do governo expõe uma complicada equação no qual razões políticas se opõem a questões fiscais e de gestão pública, que, com o passar do tempo, tornam-se mais urgentes para serem resolvidas.

De um lado, o ano eleitoral torna mais curto o período de atividade dos congressistas, que já estão com a missão de analisar três propostas de emenda constitucional polêmicas (a Emergencial, do Pacto Federativo e dos Fundos), discutir a sempre difícil reforma tributária e ainda projetos como a privatização da Eletrobras e o Plano Mansueto, de socorro aos Estados, só para ficar nos mais relevantes temas econômicos.

Por outro, se não avançar com o tema neste ano, o governo perde um tempo importante, com ao menos uma consequência: maior dificuldade para realização de concursos públicos, necessários para repor a mão de obra que se aposentará.

Como 21% do quadro federal deixará a ativa até 2024 e 42% até 2030, em breve a gestão pública terá problemas se não contratar. E as contas fiscais alongarão suas dificuldades se isso for feito com as regras atuais, especialmente para se cumprir os limites do teto de gastos.

“Seria interessante que a reforma fosse aprovada antes da retomada periódica de concursos. O governo consegue ficar algum tempo sem fazer concursos, mas, até para repor funcionários que se aposentam, em algum momento será necessária a retomada de contratações”, disse uma fonte. “Mas se a reforma demorar muito, aí não tem jeito. Em algum momento os concursos voltarão, ainda com as regras atuais”, completou.

Crises como a das filas do INSS são um prenúncio concreto dos problemas que a falta de pessoal pode causar em termos de gestão. E isso é vida real das pessoas.

O presidente Jair Bolsonaro já vinha resistindo à ideia de mandar a proposta ao Congresso, mas essa indisposição aumentou após o ministro da Economia, Paulo Guedes, escorregar na retórica e comparar servidores a parasitas. A consequência foi acentuar a mobilização que já estava sendo preparada pelos servidores. Eleito com forte apoio do funcionalismo, é natural que Bolsonaro tenha dúvidas e que elas se acentuem após o erro de Guedes.

Outra fonte governamental aponta que, apesar da grande quantidade de temas polêmicos no Congresso, haveria espaço para a esse assunto andar. “A maior dificuldade que temos com a reforma administrativa é ela sair daqui do Executivo. Conseguindo enviar, mesmo que seja mais simplificada, o ambiente no Congresso, em especial na Câmara, é de tramitação dessa reforma, que não se confunde com pacto federativo e tributária. Ela tem tramitação própria e acho que seria célere, vejo um bom ambiente”, afirmou.

Para um interlocutor do ministro da Economia, de fato ficou mais difícil o cenário para reforma dentro do governo, com aumento das resistências por parte do presidente. “O gato subiu no telhado”, admitiu. Mas essa fonte aponta ser possível ficar sem ela no curto prazo, se o governo aprovar a PEC emergencial, que reduz em 25% a jornada de servidores públicos.

Nesse caso, o foco é apenas fiscal, dado que ajudaria o governo a ajustar mais rapidamente suas contas, sem abrir mão do teto de gastos no próximo ano. Ficam, contudo, sem solução, e podem até se agravar com tal redução de jornada, os problemas de gestão da máquina pública.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 4K

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem

CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Sofá inflável vira febre em Salvador. apenas 12x R\$11,26

HOUSEGO

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador

BLEND BERRY

LINK PATROCINADO

Levante | Invista melhor em 2020. Baixe agora o relatório e saiba qual é o melhor fundo imobiliário para 2020.

LEVANTE IDEIAS

LINK PATROCINADO

40 Carros mais inúteis de todos os tempos

DESAFIOMUNDIAL

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

CVM questiona IRB sobre conversas privadas com investidores após carta da Squadra

VALOR INVESTE

Número de notas falsas apreendidas no Brasil cai pela primeira vez desde 2015

VALOR INVESTE

Número de mortes pelo novo coronavírus na China ultrapassa o de SARS

Mais do Valor Econômico

Regime de quarentena usado em Wuhan será

Equipe econômica cogita abandonar PEC dos fundos

Objetivo é evitar despesa bilionária fora do teto de gastos

Por Fabio Graner e Vandson Lima — De Brasília

13/02/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A equipe econômica já considera a possibilidade de abandonar a proposta de emenda constitucional (PEC) que desvincula os fundos públicos, enviada ao Congresso no pacote de medidas que reconfigura o pacto federativo. O relator da PEC 187, senador Otto Alencar (PSD-BA), apresentou seu parecer incluindo uma emenda que retira do teto de gastos por um ano despesas que forem financiadas com recursos decorrentes da desvinculação.

A equipe econômica foi surpreendida pela proposta, que tem impacto bilionário, e tenta reverter a iniciativa dos congressistas. Mas, no limite, pelo menos parte do time do ministro da Economia, Paulo Guedes, prefere ficar sem nada do que com a versão que foi tornada pública ontem. “Se for para estourar o teto, é melhor não ter PEC”, disse uma fonte da área econômica.

Outro interlocutor vai na mesma direção. “Essa PEC pode contribuir para reduzir o empoçamento [de recursos] ao facilitar a execução [orçamentária], mas não aumenta os recursos disponíveis. Se for para colocar bilhões fora do teto é melhor deixar do jeito que está e não prosseguir com essa PEC”, disse essa fonte. “Temos um ajuste que já é gradual e se ações como essa prosperarem a volta do primário vai demorar mais ainda. E onde passa um boi, passa uma boiada. Mercado vai começar a bater. Isso aumenta o risco fiscal”, acrescentou.

A PEC dos fundos era vista como uma das mais fáceis de avançar dentro do pacote de medidas enviadas em novembro por Paulo Guedes. O secretário-especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, disse em mais de uma ocasião que ela provavelmente seria a primeira a ser aprovada. Agora, a situação se complica.

O relatório do senador baiano foi apresentado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que deve votar o parecer na próxima semana. Já a votação no plenário deve ficar para depois do Carnaval, segundo Alencar.

Como previsto, ele acatou sugestões para preservar os fundos instituídos pelo Poder Judiciário, tribunais de contas, Ministério Público, defensorias públicas e pelas procuradorias-gerais dos Estados e do Distrito Federal. Ele também manteve o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Com isso, a perspectiva de liberação de R\$ 220 bilhões em recursos, feita pela equipe econômica, foi reduzida para aproximadamente R\$ 180 bilhões. “Há casos de fundos que foram criados por lei e não são mencionados explicitamente na Constituição, mas recebem receitas vinculadas definidas no texto constitucional. São exemplos dessa situação o FAT e os Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste, Norte e Centro-Oeste (FNE, FNO e FCO). Para evitar dúvidas, não serão extintos os fundos criados para operacionalizar vinculações de receitas determinadas no texto constitucional”, aponta o parecer.

O montante acumulado nesses fundos, se aprovada a PEC, será destinado à amortização da dívida pública, conforme prevê o art. 5º do texto.

Os novos recursos desvinculados em decorrência da PEC serão destinados, entre outros, a projetos e programas voltados à erradicação da pobreza; investimentos em infraestrutura que visem a reconstrução nacional, com prioridade à implantação e conclusão de rodovias e ferrovias, além da interiorização de gás natural produzido no Brasil.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador
BLEND BERRY

LINK PATROCINADO

Aceite cartão com a SumUp
SUMUP

LINK PATROCINADO

Sofá inflável vira febre em Salvador. apenas 12x R\$11,26
HOUSEGO

LINK PATROCINADO

Levante | Invista melhor em 2020. Baixe agora o relatório e saiba qual é o melhor fundo imobiliário para 2020.
LEVANTE IDEIAS

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

CVM questiona IRB sobre conversas privadas com investidores após carta da Squadra

VALOR INVESTE

Número de notas falsas apreendidas no Brasil cai pela primeira vez desde 2015

VALOR INVESTE

Guedes diz que fala sobre 'parasitas' foi 'retirada do contexto' e que valoriza os servidores

Mais do Valor Econômico

Regime de quarentena usado em Wuhan será estendido a outras cidades de Hubei

Proposta de reforma com IVA Dual sai neste mês, afirma Guedes

Após reunião com secretários, ministro afirma que projeto será 'acoplável' a sugestão dos Estados

Por Lu Aiko Otta, Mariana Ribeiro, Fabio Murakawa e Rafael Bitencourt — De Brasília

13/02/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Paulo Guedes e secretários de Fazenda: passo seguinte ao envio da proposta do IVA inclui alterações no PIS/Cofins — Foto: Hoana Gonçalves/ME

O governo pretende enviar ao Congresso, em duas semanas, a primeira parte de sua proposta de reforma tributária, propondo o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual. Foi o que disse ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes, após sua primeira reunião com secretários estaduais de Fazenda para discutir o tema.

“Está indo super bem”, afirmou o ministro. “Estamos mandando um IVA Dual.” Ele comentou que os secretários têm uma proposta própria. “Vamos mandar a nossa, mas acoplável.” Após o envio do plano do IVA, em duas semanas, serão propostas alterações no PIS e Cofins. “Vai andar tudo direitinho”, afirmou.

Na linha contrária, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, defendeu a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em dois ou três anos. “Defendo tratar agora só a dos impostos federais, a reforma tributária”, disse, pouco antes de acertar sua saída do cargo. “Daqui a dois ou três anos, fazemos uma reforma do ICMS.”

Minutos antes em falar no envio de uma proposta própria, Guedes havia discutido uma estratégia diferente com os secretários estaduais. A ideia era aproximar as propostas do governo federal e dos Estados para, eventualmente, chegar a um texto consensual.

“O governo federal avançou muito”, afirmou o secretário de Fazenda de Pernambuco, Décio Padilha da Cruz, ao sair da reunião com o ministro. O principal deles foi a sugestão para que União e Estados compartilhem as bases de tributação de IPI, PIS, Cofins e ICMS. Todos seriam tributados pelas duas esferas de governo, mas haveria um IVA dos Estados e outro da União - o IVA Dual.

A reunião em si já foi um avanço, avaliou o secretário. Ele comentou que, quando a Receita era comandada por Marcos Cintra, havia uma clara separação entre as propostas. Ontem, Guedes abriu um canal de diálogo e prometeu reunir-se novamente a cada 30 dias. Foi também criado um grupo técnico de trabalho, com representantes de Estados e da União, para debater a proposta. Guedes ainda concordou com os Estados sobre a importância de se criar um mecanismo para evitar perda de receitas por unidades da federação. E ficou de avaliar a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional.

Não ficou claro aos secretários se o governo enviará uma proposta formal própria ou se serão sugestões a serem entregues ao relator da reforma tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Na conversa com os secretários, o ministro avaliou que o ideal seria reunir todos os tributos sobre o consumo em um só, como prevê a proposta elaborada pelos Estados e já entregue ao Congresso Nacional. No entanto, o mais rápido seria reunir só os tributos de União e Estados num primeiro momento e só depois agregar os municípios, que ainda resistem à reforma.

Nesse ponto, houve discordância. “Fizemos um apelo no sentido de se juntar tudo”, disse Rafael Fonteles, presidente do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) e secretário de Fazenda do Piauí. “Manifestamos a importância de fazer todos os impostos de consumo juntos, porque isso vai proporcionar uma real simplificação e destravar investimentos.”

Os Estados vão discutir com o governo federal, mas isso não significa que abandonarão sua proposta. O texto conta com o apoio unânime das 27 unidades da federação, o que é um fato inédito na história das tentativas de reformar o sistema tributário.

Na noite de terça-feira, os 27 secretários estaduais de Fazenda jantaram com Aguinaldo Ribeiro. O deputado disse a eles que a proposta tem boa receptividade no Congresso. E avaliou ser possível aprovar a reforma até julho.

Segundo Cruz, que coordena um grupo de secretários que discute reforma tributária, a proposta da Câmara “não roda” sem alguns aprimoramentos que constam da proposta dos Estados. Por exemplo, a criação de um fundo de desenvolvimento regional, a reposição de perdas arrecadatórias decorrentes da mudança e um tratamento diferenciado à Zona Franca de Manaus. A PEC 45 é eminentemente técnica, ao passo que a proposta dos Estados é a visão de quem opera o ICMS no dia a dia, comentou.

A proposta dos Estados junta todos os tributos sobre o consumo e depois reparte a arrecadação entre os entes. Os critérios são estabelecidos por um comitê gestor que, pelo texto, não contempla um representante do governo federal. Isso poderá ser alterado, disse Cruz, com a evolução das discussões com o Ministério da Economia. “Eu não diria que o governo federal chegou atrasado. Diria que chegou.”

Ver também: [Alcolumbre cria grupo para reforma tributária](#)

Recuo do governo na reforma administrativa irrita Câmara

Onyx diz que não há mais prazos para enviar o projeto

Por Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Fabio Murakawa — De Brasília

13/02/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Pedro Paulo (DEM-RJ): "Se o governo quer tocar uma reforma administrativa, tem que mandar separada" — Foto: Pablo Valladares/Câmara dos Deputados

Divergências entre o Ministério da Economia, o Palácio do Planalto e o Congresso travaram a reforma administrativa, que mudaria as regras de estabilidade e eficiência dos futuros servidores públicos federais. A ideia de mandar o texto como "sugestões" a uma proposta já em tramitação na Câmara foi mal recebida pelos parlamentares e o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que está prestes a ser deslocado de função, afirmou ontem que não há mais prazo para enviar o projeto - adiado consecutivas vezes desde o ano passado.

Um dos principais aliados do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) criticou a ideia do governo de não mandar uma proposta de emenda constitucional (PEC) própria. “Se for reforma administrativa com projeto do próprio Parlamento é melhor transformar logo o Rodrigo em primeiro-ministro”, afirmou.

Pedro Paulo disse que conversou com Maia sobre o tema e que o presidente da Câmara achou essa proposta “um absurdo”. “Se o governo quer tocar uma reforma administrativa, tem que mandar separada. A discussão com os servidores tem que ser transparente. Nunca vi uma reforma ser tratada como apêndice de projetos de lei, isso não dá certo”, comentou.

Para o parlamentar, a sinalização do governo é de que a preocupação é cortar gastos e não de modernizar a máquina pública, com a instituição de verdadeiros bônus por desempenho, regras de meritocracia e revisão da estabilidade dos servidores que não alcançarem metas mínimas.

Aliados do presidente Jair Bolsonaro sustentam que o assunto não é urgente e não vale a pena o desgaste político para um retorno econômico que não será imediato. Há divergências entre os articuladores políticos e a equipe econômica sobre as regras, ainda não alinhadas pelo presidente, e a PEC só geraria economia substancial para os próximos mandatos.

Onyx disse que a reforma administrativa “é um trabalho de longo prazo”, ainda não amadurecido totalmente e sobre o qual Bolsonaro “precisa continuar nesse processo de avaliação”. “[A proposta] tem que ser uma coisa amadurecida, para que quando venha ela venha solidamente ajustada internamente e também já solidamente ajustada com as principais lideranças do Congresso”, afirmou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador
BLEND BERRY

LINK PATROCINADO

Levante | Invista melhor em 2020. Baixe agora o relatório e saiba qual é o melhor fundo imobiliário para 2020.
LEVANTE IDEIAS

LINK PATROCINADO

40 Carros mais inúteis de todos os tempos
DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Adquira agora essa sandália de couro legítimo
ZENITTI

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

STF garante imunidade tributária às exportações de produtos via tradings

Estimativa da PGFN é que possam ser devolvidos até R\$ 3,4 bilhões aos contribuintes

Por Rafael Walendorff — De Brasília

13/02/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Ministros seguiram ontem, por unanimidade, os votos dos relatores, Alexandre de Moraes e Edson Fachin — Foto: Divulgação/STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) estendeu às exportações indiretas a imunidade tributária prevista na Constituição Federal. Por unanimidade, os ministros julgaram procedentes duas ações que contestavam a cobrança de contribuições sociais previdenciárias - entre elas o Funrural - sobre as vendas ao exterior feitas por meio de tradings.

A decisão terá impacto nas contas públicas, segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A União vinha arrecadando anualmente R\$ 680 milhões de Funrural por meio de exportações indiretas. Agora, além de deixar de contribuir, os produtores vão

poder requerer a restituição dos valores pagos nos últimos cinco anos.

A estimativa é que possam ser devolvidos até R\$ 3,4 bilhões aos contribuintes, explicou o procurador Paulo Mendes de Oliveira, da Coordenação de Atuação Judicial perante ao STF. A Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), amicus curiae no processo, já entrou com uma ação de repetição de indébito na primeira instância para que seja definida a forma de ressarcimento aos agricultores.

Os ministros julgaram ontem, de forma conjunta, uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI 4.735) e um recurso extraordinário (RE 759244). Na ADI, a Associação do Comércio Exterior do Brasil (AEB) contesta a Instrução Normativa (IN) nº 971, de 2009, editada pela Receita Federal, que prevê a imunidade tributária apenas para as exportações diretas. No RE, apresentado por uma usina de açúcar e álcool, discute-se a aplicação da imunidade das vendas por meio de tradings.

Os relatores dos processos, Alexandre de Moraes e Edson Fachin, votaram a favor dos produtores rurais e foram acompanhados pelos outros sete ministros presentes à sessão. Segundo Moraes, a Constituição Federal garante a imunidade tributária e não faz diferenciação entre operações diretas e indiretas.

O ministro lembrou que a finalidade do texto constitucional foi garantir a desoneração para gerar mais competitividade ao produto nacional destinado ao exterior. A aplicação do benefício apenas para quem vende de forma direta, acrescentou, poderia gerar desigualdade e um “monopólio” de grandes empresas, capazes de cumprir todas as etapas da produção até a exportação, em detrimento de pequenos e médios produtores.

“A ideia [da imunidade tributária] foi de evitar a indesejada exportação de tributos. Tributar toda cadeia interna, tornando mais caro e menos competitivo o produto brasileiro no exterior”, explicou Alexandre de Moraes. Já o ministro Edson Fachin pontuou que deve-se recolher o tributo “onde se dará o consumo do produto que sofreu a industrialização”, ao defender a aplicação do princípio do destino.

No fim do julgamento, os ministros definiram a tese de repercussão geral. O texto afirma que “a norma imunizante contida no inciso 1, do parágrafo 2º, do artigo 149 da Constituição da República alcança as receitas decorrentes de operações indiretas de exportação caracterizadas por haver participação negocial de sociedade exportadora intermediária”.

José Augusto de Castro, presidente da Associação do Comércio Exterior do Brasil, disse, após a sessão, que a decisão dá novo ânimo para as exportações brasileiras e é uma amostra que o país é capaz de reduzir os custos para tornar os produtos mais competitivos. Ele acredita que pequenas e médias empresas sejam beneficiadas imediatamente.

“Se não reduzirmos o custo Brasil vamos ter dificuldades de exportar e essa causa é um dos itens. Devemos estimular a exportação do produto e não do tributo, porque isso inviabiliza a exportação”, afirmou.

A Aprosoja Brasil informou que, com a decisão, poderá ser excluída mais da metade das dívidas dos produtores de soja com o Funrural. No caso do milho, a redução seria de 25% dos débitos. Os percentuais equivalem ao montante da produção que é exportado anualmente. A Receita Federal estima um passivo total de R\$ 11 bilhões. “Faz justiça àqueles que exportam de forma indireta, pois são a maioria dos agricultores brasileiros”, disse o presidente da entidade, Bartolomeu Braz Pereira.

O advogado Jeferson Rocha, diretor jurídico da Associação Nacional de Defesa dos Agricultores, Pecuaristas e Produtores da Terra (Andaterra), amicus curiae no processo, destacou que quem aderiu ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), instituído pela lei 13.306/2018, renunciou ao direito à restituição, que só poderia ser conferido por meio de uma “remissão” direta do passivo.

Paulo Mendes de Oliveira, da PFGN, afirmou que aguardará a publicação do acórdão para decidir sobre eventual recurso, mas que a União vai respeitar a decisão e não vai “se insurgir” sobre pedidos de restituição ou novas ações. Mas destaca que haverá efeitos aos cofres públicos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem